

POLÍTICA

Uma revelação exclusiva:
as propostas encaminhadas pelo Exército
à Assembléia Constituinte.

O que querem os militares

O ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, disse ontem, no Rio, que as propostas à Constituinte (contidas em um documento obtido pelo *Jornal da Tarde* com exclusividade) feitas pela instituição que comanda têm o objetivo de contribuir para a elucidação de problemas e foram inspiradas no interesse nacional, e não apenas no interesse do Exército brasileiro.

"Como afirmamos no próprio documento, orientam-se, fundamentalmente, para os interesses nacionais e não constituem estreitas opiniões, em benefício da instituição. Mais do que isso, abordam, de maneira imparcial, assuntos de relevância, alicerçados na experiência dos militares no trato profissional da matéria", disse o ministro.

O ministro do Exército, ao falar das propostas constitucionais, deu ênfase ao esforço desenvolvido pela instituição, no sentido de deixar claras e realmente transparentes as posições do Exército sobre os mais diversos problemas do setor que afetam o país.

"Não fazemos lobby", disse o general, que deu ênfase à comunicação que vem ocorrendo durante os trabalhos da Constituinte entre deputados e senadores e o Exército, "através de um relacionamento estreito, e voltado para o bem desta nação brasileira".

O ministro Leônidas Pires Gonçalves assinalou que esse entendimento entre os constituintes e o Exército é obtido através da "boa vontade e do interesse em fazer o melhor pelo País, com uma visão ampla da realidade histórica nacional, e dos seus interesses superiores e a determinação da avaliação técnica das questões".

O Exército, que nestes dois anos estreitou ainda mais seu relacionamento com o Poder Legislativo (tal como a Marinha e a Aeronáutica), ao definir propostas constitucionais, teve o objetivo de deixar claras as suas posições, de modo a evitar mal-entendidos e interpretações que não correspondessem exatamente à realidade.

No documento em que definiu suas propostas, o Exército sugeriu disposições constitucionais que "assegurem a participação das Forças Armadas na segurança externa e interna, conforme a tradição consagrada no direito constitucional brasileiro, e fez, ainda, a sugestão de que "a União deve planejar e promover a segurança nacional". O documento sobre as propostas constitucionais cita alguns juristas e destaca uma frase do ministro Leônidas que ele próprio faz questão de enfatizar. "Nós, militares, nunca fomos intrusos na História do Brasil, mas, sim, instrumentos da vontade nacional."

Forças Armadas

O Exército pretende que seja adotado o princípio de que "as Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais, permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do presidente da República".

E mais: "As Forças Armadas destinam-se à defesa da Pátria e à garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem. Cabe ao presidente da República a direção da política de guerra e a escolha dos comandantes-chefes".

No mesmo documento, o Exército deixa clara sua preferência pela atual estrutura militar brasileira, não endossando, assim, a proposta de alguns constituintes para a criação do Ministério da Defesa. Diz o documento que "com ou sem Ministério da Defesa, a doutrina exige e preserva para as parcelas das forças singulares, subordinadas aos comandos operacionais, as características próprias destas forças singulares, que decorrem do grau de especialização exigido para atuar em ambientes tão distintos como o mar, a terra e o ar".

O documento lembra que "tais características são preservadas nos países que têm Ministério de Defesa, com exceção do Canadá, que, há algum tempo, unificou escalões mais baixos da estrutura militar. Os resultados desta única experiência, entretanto, não são encorajadores e já há um movimento no sentido de retorno a uma maior separação e autonomia nas forças singulares canadenses".

Segurança Nacional

O Exército propõe que seja o órgão do mais alto nível, na assessoria direta do presidente da República, para os assuntos relacionados com a segurança nacional. O documento em que são definidas as propostas da instituição lembra que o ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, disse que "segurança nacional é um conceito, e não uma ideologia, aplica-se a qualquer nação, de qualquer regime político".

O documento apóia a preservação da Justiça Militar, não aceitando, assim, a proposta já feita na Constituinte para sua extinção. E enfatiza que "no mundo atual, a quase totalidade dos países adota a secular experiência da Justiça Militar. A existência e o funcionamento das instituições militares estão intimamente ligados ao exercício efetivo e pronto da Justiça Militar". A proposta do Exército diz que "a Justiça Militar compete processar e julgar militares, nos crimes militares, e os civis, nos crimes contra as instituições militares, definidos em lei. Esse foro especial poderá estender-se aos civis, nos casos expressos em lei, nos crimes contra a segurança nacional".

Polícia Militar

O Exército propõe, ainda, que deve ser da competência da União a "organização, efetivos, material bélico, instrução, justiça e garantia das polícias militares e condições gerais de sua convocação, inclusive mobilização".

E que as polícias militares, instituídas para a manutenção da ordem pública nos Estados, nos Territórios e no Distrito Federal, e os corpos de bombeiros militares sejam considerados "forças auxiliares, reservas do Exército".

Para o Exército, "justifica-se, plenamente, a competência da União para legislar sobre as polícias militares, pela necessidade de padronização, em todas as unidades da federação, nos aspectos de formação, ensino, instrução e organização que tornem possível mobilização ou convocação para a defesa interna ou defesa territorial. Há, também, exigências de planejamento integrado das polícias militares com o exército, tendo em vista situações de excepcionalidade".

"Em não sendo as polícias militares reservas do Exército, haverá necessidade de aumento de efetivo da força de terra, criando-se uma guarda territorial de pelo menos 150 mil homens, o que oneraria, pesadamente, o orçamento da União. Os 300 mil homens da Polícia Militar podem, de forma prática e racional, prestar a sua colaboração na manutenção da ordem pública e auxiliar as Forças Armadas, nos aspectos mais abrangentes da segurança nacional", diz o documento.



Covas: "é fácil me destituir".



Machado: "queremos ter voz".



Ulysses: acordando.

São bem mais de 100 parlamentares e optaram por um caminho independente. Agora, querem negociar, achando que podem dar o tom à Constituinte.

A rebelião dos moderados

Através de um trabalho organizado e silencioso de deputados do PMDB, aliados a outros do PFL, do PDS e do PL, provocaram a primeira rebelião consequente da Assembléia Nacional Constituinte. Surdos às expectativas e orientação das lideranças, optaram por um caminho independente. Nas subcomissões, atropelaram relatórios e decidiram no voto sobre aspectos essenciais, como uma nova ordem econômica radicalmente privatizante, a derrocada da reforma agrária, e o sistema parlamentarista. Agora, mais confiante, unido e orgânico, o grupo moderado acredita que pode dar o tom ao trabalho constitucional. Contudo, políticos de expressão como os deputados Expedito Machado (PMDB-CE) e Humberto Souto (PFL-MG), entendem que agora é a vez da negociação.

A avalanche moderada surpreendeu e os líderes pararam para pensar. Luiz Henrique e Fernando Henrique Cardoso, das bancadas peemedebistas da Câmara e do Senado, estão atentos e já falam em negociação para que a futura Carta não consagre retrocessos. Ambos não reconhecem que esse primeiro round seja de fato o desenho do trabalho final. O líder do PMDB na Assembléia, Mário Covas, frisa não ter projeto pessoal mas apenas apego ao programa partidário. Ele não admite facções no PMDB, por vê-lo como um todo e, sem maior inclinação para entendimentos, avisa: "Se quiserem me destituir, será fácil. É só operar nessa direção".

A responsabilidade maior pela virada na Assembléia coube ao "Centro democrático" do PMDB, um grupo com um pouco mais de 100 constituintes, que se sentiram marginalizados pelas decisões do líder Mário Covas e decidiram dar-lhe as costas. Eles buscaram espaço em importantes subcomissões e, na hora da decisão, ganharam no voto.

O deputado Expedito Machado garante que ninguém se voltou contra Covas, e que seu grupo, sem líderes, quer apenas praticar as regras democráticas e ser ouvido: "O centro é a base parlamentar do partido e, se fica marginalizada, é sinal de que alguma coisa não está certa, formamos uma maioria silenciosa e queremos ter voz. Não somos uma maioria silenciosa, e nossa base é a coordenação das bancadas", diz.

Machado acredita que para onde balançar o "centro democrático" irá a Constituinte, mais à direita ou mais à esquerda. Alerta que o grupo tem os pés no chão, é sensível aos aspectos sociais, e pretende uma Carta avançada, de acordo com a histó-

ria que está sendo vivida pelo País. Expedito Machado reclama do tratamento dado aos moderados por Covas, admite que foram esmagados nas escolhas dos cabeças das comissões temáticas e das subcomissões, mas lembra que nas democracias vale mesmo a vontade das maiorias. "Quem tem voto, leva; quem não tem, grita", diz.

O deputado cearense revela que tem conversado com o presidente Sarney, atesta que seu grupo o apóia por entender que a transição passa pelo chefe do governo, mas sublinha a condição de independente: "Não temos nada com o líder Carlos Sant'Anna e não somos grupo de diretas", afirma. Animado, ele percebe que o multipresidente Ulysses Guimarães acordou e passou a engargalá-lo. E rindo um pouco, salienta: "Antes, não quiseram acreditar em nós".

O deputado Marcos Lima (PMDB-MG) aponta como marco do movimento o descumprimento de promessas de Covas referentes às escolhas dos presidentes e relatores das comissões temáticas e das subcomissões. "Agora nós demos o troco", diz.

Lideranças Explicam

O líder do PDS, Amaral Neto, assinala que a bancada teve liberdade de opinião e de voto e, por isso mesmo, nada comandou nas subcomissões: "O importante é seguir o programa do partido que é pela livre iniciativa, contra a estatização, contra a demagogia que só fala em direitos, ignorando os deveres, e contra a xenofobia econômica e financeira", diz. O sistema de governo, esclarece, não é programático.

O líder critica a "chantagem violenta" de tentarem dividir os constituintes em direitistas e esquerdistas, na busca de estigmatizar os primeiros, mas tem consciência de que a primeira rodada de votações, além de ser a menos importante, constitui um termômetro muito relativo. Finalmente, revela o esboço de um documento suprapartidário em que pretende defender algumas idéias na Assembléia, como a defesa da propriedade privada e a reforma agrária apenas em terras improdutivas.

O líder do PFL deputado José Lourenço, também garante não ter feito qualquer pressão em busca do voto homogêneo nas subcomissões. No entanto, destaca que a hora é de conversa e de troca de idéias, desde que não torça consciências: "Este tipo de parlamentarismo aprovado não vai ao encontro da nossa realidade. Onde não se sabe onde está o líder da nação e o chefe do governo, não há condições. Não passa". José Lourenço começará a fazer reuniões na pró-

xima semana com os representantes liberais das comissões temáticas, e pretende uni-los em torno do programa partidário.

O líder reconhece que a maioria constituinte é centrada e se manifestará sempre oportunamente. Considera esmaecida a liderança do PMDB, e está de olho no restante do trabalho constituinte, com a convicção de que o PFL acabará atuando de forma homogênea, a ponto de abraçar o presidencialismo.

Covas reage

O líder do PMDB na Assembléia, Mário Covas, transformado numa espécie de vilão pelo "centro democrático", reage: "Há lugar para líder na Constituinte porque o momento é de consciência. Mas antes de tudo, é preciso tê-la". Ao contestar que tenha dado privilégios à esquerda, sustenta que, ao escolher os oito relatores das comissões temáticas, buscou na mídia, o perfil do PMDB. "Até o Prisco Viana está na lista", chama atenção. Assinalou que também se preocupou com o equilíbrio regional, lembrou que o tempo para as escolhas, em virtude das normas regimentais, foi escasso, garantiu que todos os relatores têm competência, e arrematou: "Faria tudo de novo".

Ao comentar a posição do deputado Marcos Lima, que afirmou ter-lhe dado o troco Covas disse que ele não está prejudicando a liderança, mas o País. Ressaltou que uma posição pessoal não pode ficar acima dos interesses da nação, estranhando a colocação do deputado mineiro.

"Ninguém vai impor uma Constituição exclusiva, nem o PMDB. A Constituinte está muito acima da figura do líder, e uma repressão a mim parece paradoxal. Não é caso para agravos ou desgastados, agrados ou desgastados às lideranças. Não sou líder da grande esquerda e nem sei do que estão falando quando se referem ao centro democrático. A maioria do partido é peemedebista. Vivo no PMDB desde que existe, e nunca pertencerei a nenhuma facção. Entre 303 constituintes só reconheço peemedebistas e não pretendo comandar nenhuma facção", disse Covas.

O líder afirmou não se surpreender com o despreço e informou que não entrará em discussão sobre desatado. Ao salientar que a responsabilidade da Constituinte está acima de grupos eventuais e de figuras, estimou que, se o grupo contestador fechar uma aliança com outros partidos, de modo a viabilizar na Constituinte as teses do PMDB, será ótimo.

Uma semana decisiva para o PMDB e o mandato de Sarney

A partir de hoje, com uma série de atos e encontros, o PMDB e o debate sobre a duração do atual mandato presidencial entram em uma semana decisiva.

Ainda hoje, o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, que na última quinta-feira teria "fechado" com a duração de um mandato de cinco anos para José Sarney, em reunião, em Brasília, com 17 coordenadores de bancadas, deve procurar o líder peemedebista na Assembléia Nacional Constituinte, senador Mário Covas, para tentar superar a divergência cristalizada entre eles naquele encontro.

Covas defende um mandato de quatro anos para o atual presidente da República, contrariando a posição do próprio Sarney, da executiva do PFL e da ala mais conservadora do PMDB, liderada pelos constituintes Carlos Santana e Expedito Machado, da qual o próprio Ulysses Guimarães teria se aproximado, na questão do mandato. Espera-se com atenção o resultado do encontro Ulysses-Covas, uma vez que este último chegou a acenar com a possibilidade de deixar a liderança peemedebista na Constituinte, depois do encontro de quinta-feira.

Hoje, também, a duração do mandato de Sarney poderá emergir na reunião do núcleo regional do PMDB paulista, convocada, entretanto, para debater o sistema de governo (presidencialista ou parlamentarista) a ser fixado pela Constituinte.

Mas a agenda política começa a esquentar especialmente a partir de amanhã, quando a executiva nacional do PMDB decide se mantém ou adia a convenção partidária marcada para os próximos dias 13 e 14. Um dos objetivos da convenção nacional peemedebista é a definição do tempo de mandato para Sarney e do regime de governo. Pelo adiamento, estão, além de Ulysses Guimarães e os ministros de Estado peemedebistas, os constituintes Mauro Benevides, Milton Reis e José Richa. Eles argumentam temer um confronto direto do partido com o governo federal, especialmente depois do discurso do presidente da República, no último dia 18, quando ele reivindicou para si mesmo um mandato de cinco anos. Na liderança pela manutenção da data prevista para a convenção, estão Mário Covas e o coordenador da bancada peemedebista em Pernambuco, Maurílio Ferreira Lima.

Um fato inesperado (a reunião do presidente José Sarney com seu Ministério, marcada para as 10 horas de amanhã) poderá, segundo observadores em Brasília, roubar espaço na imprensa à decisão da executiva peemedebista. A reunião ministerial, marcada na noite de sexta-feira, se não anunciar, conforme previsto, novas medidas de impacto, poderá marcar uma mudança de rumo, ou pelo menos de tom, em busca de maior firmeza, de parte do governo federal.

A mesma reunião de Sarney com seus ministros — a ser transmitida parcialmente por uma rede de rádio e TV — pode, segundo se acredita em Brasília, roubar, também um pouco do impacto de outro evento político de peso, na semana: o "vôo dos quatro anos", marcado para esta quarta-feira, que deve partir de Brasília com destino a Cuiabá, levando a bordo o ex-ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Dante de Oliveira — que depois de desembarcar reassume a prefeitura da capital matogrossense —, o senador Mário Covas e outros peemedebistas favoráveis aos quatro anos para Sarney.

No entanto, todo esse conjunto de esforços, poderá apenas, segundo experientes observadores políticos em Brasília, dificultar um pouco mais a possibilidade de prosperar, nas comissões constitucionais temáticas, a tese de um mandato de quatro anos para o atual presidente da República — e a consequente convocação de eleições presidenciais em 1988.

Grupos, empresas, jornalistas, dedicam-se à pesquisa interna da Constituinte.

O próprio governo monta seu esquema para informar-se sobre as tendências dos parlamentares. Ocorrem, porém, fatores completamente adversos a esse tipo de pesquisa de opinião dos congressistas, se comparados à sondagem de opinião pública relativamente aos pleitos eleitorais e aos levantamentos sobre condições de mercado.

As organizações que cuidam dessa tarefa, no Brasil, em geral preparam levantamentos em três fases: uma preliminar, às vezes já condicionada; a segunda, consideravelmente dirigida, tendo em vista o interesse do contratante, especialmente, se visa a divulgação para influir no processo popular de escolha; e a terceira, a que é adaptada aos últimos dias que antecedem o pleito e que devem estar em condições de manter o bom nome da empresa com a garantia de sua credibilidade. Essa, aliás, a razão pela qual alguns desses organismos fazem verdadeiras oscilações de 60 ou mais graus para permitir o ajuste dos números à realidade que eles já conheciam, mas que procuravam adulterar por razões óbvias.

Para explicar essas mudanças bruscas, apelam para os fatores conjunturais (políticos, econômicos, sociais), para os fatos novos, para o comportamento dos partidos e de seus líderes e para a fraqueza dos próprios candidatos nos últimos programas de rádio e televisão. É claro que, nem sempre é o jogo frio do negócio que manipula as mudanças. Ocorre, algumas vezes, realmente, uma alteração de posicionamento do eleitorado que nem sempre coincide com a tendência forçada das pesquisas.

Por isso mesmo, procura-se distinguir entre a pesquisa fechada e a pesquisa pública, entendida a primeira como de interesse restrito de um grupo ou de uma pessoa e a segunda como objetivando a divulgação e, portanto, a tentativa de influenciar o eleitorado.

Os erros são em geral comuns em razão da seleção de pessoas ouvidas ou dos próprios coletores de dados e nem obedecem aos critérios de planejamento, elaboração das folhas, distribuição e tabulação.

No Brasil são poucos, ainda, os institutos que realizam essas pesquisas, alguns deles operando somente nos períodos eleitorais, como instrumentos de jogo político, de manipu-

Constituinte
Freitas Nobre
O malabarismo das pesquisas

lação fraudulenta de dados, e que por isso mesmo desaparecem logo após as eleições.

Nos Estados Unidos, para uma pesquisa nacional, qualquer organização séria mobiliza 1.500 pessoas e o custo desse serviço é de cerca de 25.000 dólares.

Mas tudo isto quando se trata de pesquisas de opinião pública que nós só começamos a fazer em 1960, com o patrocínio do antigo Correio da Manhã, na eleição de Jânio.

No caso específico da Constituinte brasileira, os dados não podem ser tratados da mesma forma e os seus resultados considerados nos mesmos parâmetros, porque torna-se falha a coleta de dados inadequada a metodologia habitual.

Não há quem esconda mais sua posição frente a um determinado tema polêmico que o parlamentar que não deseja desgastar-se junto ao eleitorado ou a uma categoria. São raras as exceções dos que colocam claramente sua posição frente a assuntos complexos que dividem a comunidade e que ameaçam a própria sobrevivência política do parlamentar.

Por isso mesmo, entre os levantamentos de opinião pública a respeito do melhor local para a instalação de um supermercado ou a escolha de uma capa de revista, como ocorre na Europa ou nos Estados Unidos, e uma sondagem junto ao corpo constituinte, as diferenças são profundamente acentuadas.

Os próprios levantamentos feitos através de consultas distribuídas aos parlamentares, têm-se mostrado falhos por razões diversas,

não representando uma amostragem de real proporcionalidade e probabilidade.

Ainda há pouco, tivemos um exemplo flagrante dessas diferenças.

Um jornal de Brasília que faz comumente levantamentos sobre matérias submetidas ao exame do Legislativo, através de folhas de consulta recolhidas sem a indicação do nome do parlamentar e com o controle, apenas, do número de consultas distribuídas, justificava-se perante o constituinte. Assegura que seu nome não será divulgado. Nesse caso, em geral, o consultado enuncia seu real pensamento, como se estivesse participando de uma votação secreta.

Se, no entanto, a consulta é pública ou passível de divulgação, nem sempre a resposta é a mesma.

Por isso, concluímos que a melhor forma de apurar as reais tendências, é a de auscultar as principais lideranças, formais ou reais, ouvir as conversas do cafezinho, formar as mesas de bate-papo, participar da refeição matutina com o senador ou o deputado, jantar com ele e a família, se tiver essa intimidade, e trazer o resultado de memória para o levantamento pessoal.

Esse método tem dado resultado, porque não compromete o constituinte, nem o força a uma manifestação contraditória. E até ocorre que a esposa, o filho, o agregado da família ajudam a tirar conclusões, porque giram estes, quase sempre, em torno do líder doméstico.

Por isso, resolvemos arriscar uma forma de levantamento sobre cada um dos temas polêmicos em que se envolve a Constituinte, esperando obter um resultado que se aproxime da realidade e que, nem sempre, vai coincidir com os resultados dos levantamentos feitos para divulgação. E traremos para estas colunas a impressão de como serão votados os assuntos mais polêmicos da Constituinte.

É bom destacar que no caso do levantamento sobre o período de mandato do presidente Sarney, a indiscrição do jornalista fez publicar o voto de Ulysses Guimarães em favor dos 4 anos, quando ele se manifestava publicamente pelos 5 anos para acompanhar o grupo realista do chefe do Executivo, já descrente da manutenção do período que a atual Constituição fixou.

Esse tipo de sondagem tem comprovado seus resultados, como ainda agora quando, com 10 dias de antecedência (*Jornal da Tarde*, 8.5.87), antecipávamos a manifestação em cadeia pelo presidente Sarney, anunciando no título da matéria: "Sarney define o mandato que quer: 5 anos".

Nas pesquisas eleitorais, o TSE pode fiscalizar suas determinações relativamente à proibição de divulgação nos 21 dias anteriores ao pleito e exigir, juntamente com os resultados, detalhes sobre a realização dos trabalhos, as datas de início e encerramento, os locais, o número de pessoas ouvidas e o nome da fonte financiadora.

Aqui, já tivemos levantamentos forjados com a manipulação de uma média feita com base em dados de institutos de pesquisa e arapucas organizadas para fins ilícitos.

E até já vimos um candidato que não tinha mais que 2% do eleitorado, surpreender-se com levantamentos de opinião pública que o colocavam com 16%, estimulando-o a eliminar um provável concorrente de maior possibilidade na disputa. É evidente que o financiador dessa pesquisa e de sua publicidade permaneceu no silêncio, guardando o alojamento do concorrente eleitoralmente mais perigoso.

Mas até os menores embaralham os levantamentos, enganando os pesquisadores, quando alguns deles que andam em grupo dizendo-se engraxates, carregadores, guardadores de carros, não passam de trobadinhas...